

Sindicatos reclamam 67 euros mensais para despesas de teletrabalho

Paulo Gonçalves Marcos Líder do Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários vê com preocupação que o Governo não inscreva na lei um valor mínimo para despesas do teletrabalho

Entrevista

Rosa Soares Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Paulo Gonçalves Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNTQB), um dos maiores do sector, defende que o teletrabalho tem de estar regulado na lei. Em entrevista ao PÚBLICO, sustenta que se trata de matéria que não pode ser deixada à contratação colectiva, “numa altura em que os sindicatos perderam força”. Admite, neste e noutros temas, que só a cooperação entre sindicatos pode garantir sucesso na mesa negocial. Critica os despedimentos na banca e o recurso crescente ao *outsourcing*. E regozija-se por outros bancos estrangeiros se instalarem em Portugal “porque encontram as condições laborais, de qualificação e de salários ideais”.

Como é que o SNQTB vê a falta de regulamentação do teletrabalho, obrigatório até ao final do ano?

Vimos com alguma preocupação as declarações do senhor primeiro-ministro que, ao mesmo tempo que diz que o teletrabalho será obrigatório até ao final do ano, deixa a regulamentação dessa matéria para a contratação colectiva. Ficamos esfuziantes pela ênfase dada à contratação colectiva, de que somos grandes defensores. E lendo as conclusões do Livro Verde para o Futuro do Trabalho concluimos que estamos cheios de boas intenções. Mas em Portugal, e não é assim noutros países, a contratação colectiva está num plano inclinado. Na sequência da intervenção da *troika* foram tomadas várias medidas que desprotegem os trabalhadores, fragilizam os sindicatos e isso reflecte-se bastante nas mesas negociais.

Ou seja, não é possível deixar esta matéria exclusivamente

para a negociação colectiva?

Parece-nos uma coisa absolutamente aberrante. Na banca e noutros sectores. Tem de haver procedimento legislativo, se não a negociação colectiva vai esbarrar numa oposição frontal. E se em 2020 alguns tinham dúvidas sobre se isto tinha um carácter permanente ou conjuntural, hoje não há dúvida que modelos mais ou menos híbridos são o presente e o futuro.

O pagamento de despesas do teletrabalho é uma das matérias que deve ser fixada na lei?

Sim. Nós gostaríamos que em sede legislativa houvesse um procedimento fácil, um patamar mínimo, dando capacidade para ajustamentos sectoriais, necessariamente em alta. Na União dos Sindicatos Independentes, onde estão sindicatos bancários, de professores, juízes, ferroviários, e vários outros, fizemos um conjunto de contas, olhando às remunerações médias de uma família e as despesas em habitação, em água, luz, aquecimento e telecomunicações, e chegámos à conclusão que em média um trabalhador do sector dos serviços incorre em custos entre 50 e 67,04 euros por mês quando está em teletrabalho. Não é zero, como alguns pretendem, mas também não são 200 e muitos euros com outros preconizam. É um valor que nos parece razoável para uma empresa dita normal. Pensamos que pode servir, em sede de concertação social, para introduzir uma baliza, um mínimo.

A existência de vários sindicatos no sector bancário não enfraquece o seu poder negocial? A fusão de sindicatos não faz sentido?

A pluralidade enriquece o movimento sindical. Há, no entanto, zonas onde podemos cooperar, maximizar o valor para os bancários e minimizar os custos dos

serviços que prestamos. Por exemplo, a proposta de aumento zero avançada pelas instituições que integram o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) do sector bancário, que é quase insultuosa, deve merecer uma reacção forte por parte de todos os sindicatos. Isso já aconteceu no Banco Montepio, quando em 2019 tentou fazer uma reestruturação encapotada. Foi a primeira vez que os sindicatos bancários se puseram de acordo em mais de 45 anos de democracia. **Também se verificou uma união recente no Santander, envolvendo ainda a comissão de trabalhadores?**

Aí, os sindicatos escreveram ao Santander dizendo que queriam conhecer o processo de reestruturação. Percebíamos no terreno, pela dimensão e ritmo com que estava a ser feito, que isso configurava um verdadeiro plano de reestruturação. O Santander respondeu primeiro na comunicação social e mais tarde a nós, por muita insistência nossa, que não havia nenhum processo de reestruturação, mas sim um redesenho organizativo. A partir deste ponto, cada sindicato interpretou as respostas do banco de acordo com o seu ADN. No caso do SNQTB ainda não temos o processo perfeitamente claro e, portanto, continuamos a conversar, a ser inquisitivos, a querer perceber o racional do processo.

Os sindicatos têm denunciado situações de assédio moral em vários bancos, incluindo recentemente no Santander. É uma situação grave no sector?

Eu tenho orgulho por ter feito, em várias iniciativas, o meu magistério de influência para criminalizar o assédio moral. O que nós fomos dizendo a um determinado banco que tinha uma postura mais musculada, usada há uns anos pela mesma equipa de consultores noutra instituição, é que agora esses



Temos uma caixa segura para denúncias de assédio moral, acedida apenas por duas pessoas

Os estrangeiros que estão a criar centros cá têm vindo a contratar os bancários reformados antecipadamente, com 55, 56 anos

métodos são crime e que nós não hesitaríamos nada em levá-la ao banco dos réus. Acho que a chamada de atenção dos sindicatos surtiu efeito e, de facto, tentativas mais desajeitadas, para ser educado, que poderão ter acontecido nas primeiras semanas, hoje estão razoavelmente mitigadas.

Está a falar do Santander?

Sim, estou a falar do Santander. **Foi por isso que o SNQTB criou um email para denúncias de assédio moral?**

Temos uma caixa segura para denúncias de assédio moral, acedida apenas por duas pessoas. O que pedimos às pessoas é que nos relatem os casos e nos digam que elementos de prova têm. É um sinal que estamos a passar às instituições e aos trabalhadores de que levamos o tema muito a sério.

Quantas denúncias receberam? Já temos participações, mas não posso dizer o número.

O sector tem perdido muitos



trabalhadores nos últimos anos. É uma tendência que vai agravar-se?

Acho que poderemos esperar uma continuidade das tendências que vêm desde 2009. Um movimento que nos causa alguma estupefacção. Primeiro, porque Portugal reduziu mais balcões e bancários que outros países da Europa com as mesmas características sociodemográficas ou económicas. Segundo, porque ao mesmo tempo que os bancos ditos tradicionais de retalho têm vindo a reduzir a sua pegada, há outras instituições internacionais que tem escolhido Portugal para criar ou deslocalizar centros de competência ou operativos, e têm cá três, quatro e cinco mil trabalhadores. Apraz-me registar que encontram em Portugal as condições laborais, de qualificação e de salários ideais. Interrogo-me como é que alguns dos bancos com centros de decisão em Portugal e operações espalhadas um pouco por todo o mundo, não conseguem

usufruir destas condições. Isso acontece porque os bancos tradicionais não fazem formação ou reconversão de trabalhadores?

Isso releva de várias coisas. Primeiro, de uma incapacidade dos gestores. E depois, talvez de uma visão de curto prazo. Requalificar e treinar dá mais trabalho. Há caminhos mais fáceis. Um ponto interessante, os estrangeiros que estão a criar centros cá têm vindo a contratar os bancários reformados antecipadamente, com 55, 56 e 57 anos. **Falta visão estratégica aos nossos bancos?** Temos de retomar o ciclo da ambição, olhando para bancos estrangeiros que nos escolhem pela nossa qualidade. Já não é só a Microsoft ou a Cisco, agora são também bancos gigantes que nos escolhem porque temos qualificação. Podíamos ser uma plataforma de prestação de

serviços à escala europeia. A redução de trabalhadores também é explicada pelo crescente recurso à subcontratação de serviços, mais baratos?

Isso é uma praga. Não entendemos que pessoas lado a lado, a fazer a mesma coisa, tenham direito a menos férias ou menos remuneração que outros. É uma forma de criar erosão na classe, fragilizar a negociação colectiva, minar o moral dos trabalhadores, desvalorizar a qualificação dos trabalhadores e esmaga a classe média. E, acima de tudo, impossibilita que os nossos jovens tenham as oportunidades de carreira que os pais tiveram. Mas nem todos estão a seguir essa política. Há um que tem vindo a fazer o caminho contrário. Acharmos que é uma matéria que carece de regulamentação. Fala-se muito nas plataformas e nos motoristas, mas nós não nos esquecemos deste tema na banca.

Créditos

Prestações em moratória devem ser “chutadas para a última prestação”

A fraca recuperação da economia nacional leva Paulo Gonçalves Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB), a defender uma solução urgente para as famílias com empréstimos em moratória, para “evitar um drama social” com consequências para todos, famílias, bancos e mercado imobiliário.

O fim das moratórias privadas pode ter um impacto forte nos bancos e nas famílias?

É urgente encontrar uma solução para evitar um drama social. As moratórias dos particulares que venceram em Março são relativamente reduzidas, mas em final de Setembro terminam quase 20 mil milhões de créditos em moratórias. E o pressuposto, defendido pelo Presidente da República, de que não deveriam terminar antes de a economia recuperar, não deverá acontecer este ano. Já o governador do Banco de Portugal diz que o caso português é absolutamente específico e não é de esperar que a Autoridade Bancária Europeia vá flexibilizar as regras só para nós. Por isso é preciso olhar de forma inteligente para isto.

Que solução será essa?

É preciso que as autoridades nacionais e internacionais trabalhem em conjunto para que as prestações em moratória sejam chutadas para a última prestação dos créditos. Isto quer dizer, na prática, pôr esse valor 18 ou 20 anos à frente, altura em que a apreciação dos activos e a inflação tornarão esse valor mais razoável. Mas, provavelmente, Setembro é cedo de mais. A medida deve ser estendida até Junho do próximo ano e, nessa altura, olhar para os montantes em moratória e fazer um diferimento ou postecipação do valor das moratórias para a última prestação dos contratos. Isso permitiria que o valor que não foi pago não acrescesse imediatamente às prestações, numa altura em que a situação da economia e a situação do emprego não vai estar robustecida. Este diferimento, parcialmente, poderá ter uma garantia estatal.

A solução dependerá sempre da garantia estatal?

Depende da capacidade dos nossos governantes em negociar e explicar a especificidade portuguesa. O problema é que só estamos nós, os cipriotas e os malteses, e, em muito menor escala, os italianos. É preciso ver se temos esse respaldo e, ainda assim, preparar um mecanismo de garantias contingentes estatais para cobrir uma parte relativamente baixa das perdas esperadas. Se isto obrigar a consumir capital dos bancos, a garantia bancária estatal pode precisamente esterilizar e atenuar esse efeito. As alternativas são todas más: centenas de milhares de famílias despejadas e o colapso do mercado imobiliário. E deixar os bancos colapsarem não resolve o problema. É um processo em cascata, que era de todo de evitar.

Neste caso estamos a falar de uma garantia estatal sobre contratos de longa duração?

Mas estamos a falar de uma fracção relativamente curta, de um ano e meio de juros, nalguns casos, poucos, de capital. E pensando que a garantia que vai ter uma sinistralidade relativamente baixa. O que não se pode é pôr as pessoas a pagar a partir de Outubro aquilo que manifestamente não vão conseguir pagar. Por outro lado, ao contrário do que aconteceu noutros países, o Estado português tem estado um bocado afastado, um pouco atreito a prestar garantias. Mas vai ter de fazer alguma coisa para assegurar que o sistema se equilibra.

E o fim das moratórias das empresas não pode ser um problema grave?

Estou mais preocupado com a situação dos particulares. Em relação às empresas vejo o debate e a discussão muito mais avançada. O tema das empresas não é específico de Portugal. Provavelmente iremos ter uma solução global, um chapéu comunitário. Nas empresas existem linhas de crédito que foram concedidas com garantia estatal e, depois, os sectores mais afectados em Portugal também o foram na Alemanha e na França, como é o caso da fileira do alojamento.